



## REEXISTÊNCIA<sup>1</sup> INDÍGENA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: PARA ALÉM DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

*Joel Anastacio<sup>2</sup>*

*Renato Pereira<sup>3</sup>*

*Letícia Fraga<sup>4</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste texto é apresentar testemunhos de reexistências (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017), de estudantes indígenas, alunos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, os quais relatam suas estratégias de enfrentamento de toda sorte de dificuldades, especialmente as que envolvem situações de racismo por parte da sociedade não-indígena, incluindo aí a comunidade universitária. Quando chega à instituição, o indígena percebe que “passar no vestibular” e “entrar na universidade” não são sinônimos e que precisa conquistar seu direito a estar ali diariamente, já que a universidade não foi pensada como um espaço a ser frequentado por indígenas. No entanto, mesmo nesse cenário hostil, que não paradoxalmente também é o único caminho que lhe trará mais oportunidades, a figura do “indígena universitário” se firma, a partir especialmente da organização dos próprios indígenas, que lutam tanto pelo acesso, quanto pela permanência no Ensino Superior, situações das quais a universidade só tem a se beneficiar, caso tenha sensibilidade de percebê-las dessa forma.

**Palavras-chave:** reexistência indígena; racismo; permanência.

### INDIGENOUS REEXISTENCE IN THE STATE UNIVERSITY OF PONTA GROSSA: BEYOND ACCESS TO HIGHER EDUCATION

**Abstract:** The objective of this text is to present reexistence's (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) testimonials of indigenous students, academics from UEPG, Paraná, which report their strategies to confront prejudice and racism from the non-indigenous society. In the university, the indigenous needs to conquer their space daily. However, even in this hostile scenario, the image of the indigenous academic stands, supported specially by the union of their group.

**Keywords:** indigenous reexistence; racism; permanence.

<sup>1</sup> Optamos pela escrita “reexistência” para seguir a grafia adotada pelas organizadoras do volume. No entanto, há autores que usam as grafias “(re)existência” (Limberti, 2015; Souza Filho et al., 2016) e “re-existência” (Achinte, 2009; Doebber, 2017), os quais usamos como referência.

<sup>2</sup> Graduando Kaingang do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. joelanastacio22@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando Kaingang do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. renatoprr2@gmail.com

<sup>4</sup> Professora Doutora do Departamento de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa. leticiafraga@gmail.com



## REEXISTANCE INDIGENOUS DANS L'UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA: AU-DELA DE L'ACCES A L'ENSEIGNEMENT SUPERIEUR

**Résumé:** L'objectif de ce texte est de présenter des témoignages de “reexistences” (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) des étudiants indigènes, qui sont élèves de l'UEPG, une université de l'état du Paraná, qui rapportent leurs stratégies de confrontation à des situations de préjugés et de racisme par la société non-autochtone. À l'université, les indigènes doivent conquérir leur espace quotidiennement. Cependant, même dans ce scénario hostile, la figure de l'indigène universitaire se fortifie, à partir de l'union entre les personnes.

**Mots-clés:** reexistence indigène; racisme; permanence.

## REEXISTÊNCIA INDÍGENA EN LA UNIVERSIDAD ESTADUAL DE PONTA GROSSA: PARA ALLÁ DEL ACCESO A LA ENSEÑANZA SUPERIOR

**Resumen:** El objetivo de este texto es presentar testimonios de reexistencias (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) de estudiantes indígenas, alumnos de la UEPG, Paraná, quienes relatan sus estrategias de enfrentamiento de situaciones de prejuicio y racismo por parte de la sociedad no indígena. En la universidad, el indígena necesita conquistar su espacio diariamente. Sin embargo, incluso en ese escenario hostil, la figura del indígena universitario se firma, a partir especialmente de la unión entre el grupo.

**Palabras-clave:** reexistencia indígena; racismo; permanencia.

**Resumo:** Texto tag tỹ nén ven ke mũ vỹ tỹ kanhgág tỹ vênhránrán mũg tĩ ag tỹ vāsānsān mũ ẽ nẽ to kāmén to tónh ke mũ, UEPG, Paraná, ki vênhránrán tĩ ag tóg to tónh ke mũ, ag tỹ nén han tĩ ẽ nẽ preconceito mré racismo kato fóg ag kã ki. Universidade kã ki, kanhgág vỹ tóg kurã kar ki ã jẽnh ke ẽ nẽ măn ke nĩ. Ẽg tỹ nén jagy mũ mũ ra, kanhgág tỹ universidade kã jẽ vỹ tóg vāsān tĩ, grupo ã ag tỹ jagnẽ mré vênh măn kỹ.

**Palavras-chave:** kanhgág nỹtĩ; racismo; kã nĩ.

## INTRODUÇÃO

Este texto é o segundo<sup>5</sup>, produzido no contexto do CEAI – Coletivo de Estudos e Ações Indígenas – do qual fazemos parte.

Desta vez, o objetivo é apresentar nosso<sup>6</sup> testemunho, como estudantes Kaingang, desde a infância até a entrada e permanência na Universidade Estadual de Ponta Grossa, nos cursos de Odontologia e Agronomia.

<sup>5</sup> O primeiro descreve justamente o processo de criação do Coletivo (FRAGA *et al.*, 2017).

<sup>6</sup> Nesta parte do texto, o “nós” refere-se somente aos dois estudantes indígenas.



Como verá o leitor, são histórias de existências, resistências (Prezia, 2016) e, sobretudo, de reexistências (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017), tal como colocado na temática do volume. Aliás, o tema do *Caderno Letramentos de Reexistência*, proposto pelas organizadoras deste número da revista, não poderia ser mais adequado no exercício de compreensão da nossa história – passada e contemporânea.

Podemos dizer que reexistência (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) é uma palavra-chave quando se tenta entender a permanência dos povos indígenas, bem como de nossas línguas e culturas, apesar de todos os ataques que sofremos desde a invasão<sup>7</sup> do Brasil pelos portugueses, em 1500. Aqui o genocídio indígena só não foi total porque, de alguma forma (à época e ainda hoje), conseguimos resistir às atrocidades de que fomos e somos vítimas, violência que nos forçou a um renascimento, a uma reexistência (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) que, salvo raras exceções, não pode prescindir da convivência com os não-indígenas, o que não significa que esta se dê de forma pacífica, conjunta, partilhada.

E no processo de reexistência (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017) é fundamental que reencontremos nossas vozes, as quais foram silenciadas. Porque somente com nossas vozes é que poderemos contar nossas histórias – do passado e do presente – a partir no nosso ponto de vista.

E é no exercício de falar sobre nós *por nós mesmos* que apresentamos os testemunhos a seguir, em que contamos um pouco da nossa trajetória de vida antes e dentro da universidade, na intenção de dividir dores para, quem sabe, inspirar reexistências (Achinte, 2009; Limberti, 2015; Souza Filho Et Al., 2016; Doebber, 2017).

### **RENATO PEREIRA: O MEU INSTRUMENTO DE TRABALHO SERIA UMA CANETA**

---

<sup>7</sup> Esta é a palavra que usamos, por julgar ser mais adequada para descrever a dita “chegada” dos portugueses ao país, uma vez que nós já estávamos aqui.



Nesse relato, venho falar um pouco da minha vida. Sou indígena, da etnia Kaingang, e acadêmico do curso de odontologia da UEPG, que é considerada uma das melhores instituições públicas do país.

Moro em comunidade indígena desde que eu nasci. A aldeia em que vivo atualmente chama-se Mococa e fica mais ou menos a 60 quilômetros das cidades de Ortigueira e Telêmaco Borba, no estado do Paraná. Hoje moram aproximadamente 190 indígenas nessa comunidade, que é considerada uma das menores terras indígenas do estado.

Desde de criança, estudei em uma escola pública. Meus pais (que biologicamente são meus avós) sempre me incentivaram a estudar. Falavam que, no futuro, *o meu instrumento de trabalho seria uma caneta*. Então sempre usei este instrumento por onde quer que passasse, em qualquer lugar que eu fosse ele sempre me acompanhava.

Eles sempre me falavam que a lavoura não iria me trazer algo bom. Somente faria com que trabalhasse mais e não me permitiria ser alguém na vida. Hoje entendo o que eles quiseram me dizer. E não é porque vou me formar daqui a alguns anos que vou deixar de estudar. Os estudos sempre me acompanharão, eles serão meu instrumento de trabalho. Mesmo formado e já trabalhando em um emprego fixo, nunca deixarei de estudar.

Como já disse, sempre ajudei os meus pais desde jovem nos serviços da roça. Somente aos 17 anos é que comecei a trabalhar fora da aldeia, em fazendas e empresas envolvidas com plantio de eucaliptos. Aos 19 anos me mudei para outra aldeia em busca de trabalho até que consegui emprego como professor dos anos iniciais. Cursei o magistério indígena para poder dar a aula na minha aldeia. Lá fui o professor de língua Kaingang da comunidade.

Em alguns momentos, a comunidade me apoiou para ser seu líder juntamente com o cacique. Como parte da liderança dessa comunidade, pude aprender muito, comecei a viajar para vários lugares em busca de melhorias para a comunidade, pude fazer muitos amigos, adquirir muito aprendizado com não indígenas e sei que agora a nossa luta pode ser de igual para igual. Sempre temos que resistir para que possamos conseguir alguma coisa sem medo do que pode acontecer, pois se estamos no nosso direito não há o que temer. Graças aos



esforços da própria liderança, com suas reivindicações e suas lutas, hoje temos uma melhor infraestrutura em termos de educação, saúde e moradia.

Com o passar dos anos, senti saudades de estudar novamente. Por isso, em 2014 participei do Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná<sup>8</sup> – que é específico para os povos indígenas paranaenses – para poder ingressar na faculdade. E consegui ser aprovado neste vestibular. Optei pela UEPG por ser uma instituição de ensino que se situa em uma cidade mais próxima da cidade onde vivo e escolhi odontologia por ser um curso voltado à área da saúde. Eu já me via ajudando a minha comunidade principalmente porque eles não conseguem falar o português com fluência. Por essa razão é que optei pela área da saúde, pois sei que vou poder contribuir muito ajudando a minha comunidade.

Nos primeiros dias em sala de aula, eu era praticamente um estranho, pois aquele não era o meu mundo. Era um mundo totalmente diferente do meu, as pessoas eram diferentes, os amigos e as pessoas que eu conhecia não estavam ali, as matérias do curso eram muito difíceis para mim. Alguns anos se passaram e fui fazendo amizades, algumas pessoas com quem eu não conversava viraram grandes amigas.

Durante esses anos na faculdade aprendi muita coisa com os professores e alunos do meu curso, fiz muita amizade, mas também passei por várias dificuldades em relação ao curso, porque este é muito caro. Pensei muitas vezes em desistir por não conseguir comprar o material, mas os professores entendiam a dificuldade.

Com o tempo fui perdendo a timidez, fui tentando seguir o ritmo das pessoas não indígenas. Com coragem e dedicação, hoje estou no terceiro ano do curso. Aprendi a persistir nas dificuldades encontradas e a resistir a elas, pois só assim seremos pessoas fortes o bastante para conseguirmos o que queremos e conseguiremos lutar pelas nossas causas.

### **JOEL ANASTACIO: NUNCA TENHA VERGONHA DE VOCÊ SER O QUE É**

---

<sup>8</sup> Para uma melhor descrição sobre o que seja o Vestibular para os Povos indígenas do Paraná sugerimos consultar Amaral, Fraga e Rodrigues (2016).



Meu nome é Joel Anastacio, (o nome indígena, Kókoj, infelizmente não foi registrado), sou da etnia Kaingang e moro em uma aldeia indígena que se situa entre três municípios paranaenses: Manguairinha, Coronel Vivida e Chopinzinho. Minha aldeia tem um território de aproximadamente 16.376 hectares, com uma população de 1.475 indígenas (IBGE, 2012), composta por duas etnias: Kaingang e Guarani.

Sou filho de Pedro Anastacio e Namilde Eufrasio. Ambos são Kaingang, mas de aldeias diferentes. Meu pai pertence à comunidade indígena de Manguairinha, Paraná, e minha mãe à comunidade de Nonoai (município de Nonoai, no estado de Rio Grande do Sul).

Aprendi a falar as duas línguas ao mesmo tempo, o Kaingang e o português. Na minha família materna falavam e ainda falam muito o Kaingang no dia-dia, principalmente entre os mais velhos. Já na minha família paterna falam bem pouco. O meu pai fala e entende bem pouco a língua materna<sup>9</sup>. Até aos meus 7 anos de idade eu falava e entendia muito bem o Kaingang, até porque minha mãe falava só na língua materna com a gente. Meu avô cobrava muito que soubéssemos falar o nosso idioma, pois ele sabia da grande importância que tem a língua para o nosso povo e para cada indígena, pois esta representa a identidade do indígena.

Quando tinha 7, quase 8 anos, minha mãe faleceu. Isso fez com que eu passasse a falar menos o Kaingang, porque nos mudamos, fomos para outras comunidades. Morar longe dos meus parentes que falavam Kaingang fez com que a língua portuguesa se tornasse mais constante no meu dia a dia.

Na minha comunidade, tive a oportunidade de estudar até a quarta série, com professores indígenas e professores não indígenas. Na escola, falávamos Kaingang com os professores e colegas que sabiam. Depois, para dar sequência aos meus estudos, tive que sair fora da aldeia. Éramos poucos indígenas – em comparação aos não indígenas que ali estudavam – e isso contribuiu ainda mais no processo de colocar nossa língua materna em

---

<sup>9</sup> Para as comunidades indígenas, a “língua materna” é aquela que identifica a etnia. Não entra em questão o fato de a pessoa ser ou não falante da língua. Sugerimos a leitura de Nascimento (2014) para quem se interessar pelo assunto.



segundo plano, já que ali nós falávamos somente o português e não havia professores indígenas que ensinassem fora da comunidade.

Mesmo nossa aldeia sendo bastante próxima da cidade, muitos alunos não indígenas tinham uma visão de que nós, indígenas, vivíamos como antes de as nossas terras terem sido invadidas, há mais de 500 anos. Muitos ainda achavam que nós vivíamos pelados, morávamos em oca etc. Foi a partir daí que pude perceber o que eles pensavam em relação aos povos indígenas, foi aí que comecei a entender e sofrer na pele o preconceito por ser indígena.

Eu me lembro muito bem de quando saíam as notas. Se nós, indígenas, não íamos bem, eles falavam: “nossa, como esses índios são burros”; “esses aí nunca vão se formar”; “nunca vão ser alguém na vida”. Essas eram as palavras ditas pelos alunos.

Quando nós não aguentávamos mais aquelas ofensas, aquelas humilhações verbais, nós nos defendíamos, chegando muitas vezes a brigar com os outros alunos. Aí, sim, é que eles falavam: “são índios selvagens, só sabem resolver as coisas brigando, precisam ser domados antes de sair da tribo”. Tudo isso aconteceu no primeiro colégio que frequentei assim que saí para estudar fora.

Quando eu estava na oitava série, mudei de colégio. Fui estudar na cidade de Mangueirinha, pois até então tinha frequentado um colégio de uma comunidade do interior próxima à aldeia. Chegando nesse novo colégio, tive que fazer novas amizades. E quando falava que era indígena, sempre faziam aquelas brincadeiras de mal gosto: “nossa, você é índio mesmo? Mas índio, se quiser não estuda, pois a FUNAI dá tudo para vocês”. E todo aquele preconceito, que havia antes no outro colégio, novamente se repetia. Não foi nada fácil me adaptar ao novo colégio. Quanto ao preconceito contra a minha etnia, já estava ficando rotineiro e muitas vezes eu ficava sem saber o que fazer. Se eu tentava me defender educadamente, dialogando, eles falavam “nossa, mas você não é mais índio, até parece gente querendo resolver na conversa”. Se partisse para a agressão, eu era “selvagem”. Então, realmente muitas vezes ficava calado, tentava passar despercebido por ser uma criança e não saber qual era a maneira correta de me defender: se falasse educadamente não era mais índio e se brigasse era um selvagem.



Nesse mesmo colégio novo, houve uma situação que eu jamais esperaria que acontecesse e que jamais esquecerei. Na devolução das provas de Português, eu, que tinha feito a prova, não recebi a minha para ver minha nota, enquanto todos os demais estavam revisando o que tinham acertado e o que tinham errado. Notei que o professor, que tinha comido, estava limpando a boca e barba com umas folhas de papel que logo em seguida ele jogou no lixo. Eu, desconfiado que poderia ser minha prova, pois tinha certeza de que tinha feito e não tinha recebido de volta, fui ver aquelas folhas que o professor tinha jogado fora. Realmente confirmei o que eu suspeitava, era a minha prova que não só ele não tinha me entregado, como tinha usado para limpar sua boca e barba. Quando questionei porque ele tinha feito aquilo e jogado minha prova no lixo, ele falou que eu estava inventando. Perguntei à turma se alguém tinha visto aquilo e apenas um menino levantou a mão e disse que tinha visto e que confirmaria o que eu estava falando. Então o professor ironicamente olhou para mim e perguntou “E o que você vai fazer? Vocês estão inventando isso, eu jamais faria isso”. Mesmo meu amigo confirmando que tinha visto, ele repetia que jamais faria aquilo. Então eu saí da sala, logo em seguida o menino que tinha visto o acontecido saiu também e me perguntou o que eu faria. Eu falei que levaria ao conhecimento do diretor e ele falou “vamos lá, que eu confirmo o que eu vi”. Chegando à sala do diretor, falamos o que tinha acontecido e ele nos questionou se realmente aquilo que nós falávamos era verdade, porque ninguém mais tinha visto. Já estava muito bravo com o que tinha acontecido e fiquei ainda mais porque o diretor achou que nós éramos os culpados, que podíamos estar inventando aquilo tudo. Então saí da sala do diretor, saí da escola. Só voltei a frequentar algumas aulas e percebi que o diretor não tinha tomado nenhuma atitude com o professor e que ele continuava a dar aula normalmente. Fiquei nesse colégio por mais alguns dias e pedi transferência para o mesmo colégio do qual tinha saído para não perder o ano. Completei o ano e terminei a oitava série.

No ano seguinte, para continuar meus estudos, tive que voltar a estudar na cidade, que era onde havia Ensino Médio completo. Nesse novo colégio, não tive nenhum problema com professores, mas em compensação com os alunos quase todo dia me envolvia em brigas. Eu já era um pouco maior e essa parecia ser a única maneira que eu



tinha de defender minha etnia. Muitas vezes brigava com outros alunos, mesmo que a confusão não fosse diretamente comigo. Às vezes eu percebia que um outro indígena estava sofrendo preconceito e me metia, pois nunca admiti que falassem mal de indígenas perto de mim, independentemente da etnia.

Me criei ouvindo de meu pai e parentes que nunca deveria “levar desaforo para casa”, nunca deveria aceitar que alguma pessoa me humilhasse, me rebaixasse por ser o que eu sou, por eu ser indígena, ser de comunidade pobre. Não sei se é certo ou errado, mas muitas vezes a violência me “ajudou” a ganhar respeito, pois não aceitava e jamais vou aceitar ser humilhado por eu ser indígena.

Nunca me importei de me chamarem de “índio”, mas me importava da forma como eles me tratavam, de forma racista. Isso, sim, eu nunca admiti.

Eu tenho tanto orgulho de ser o que eu sou, de ser indígena, por existir e resistir a mais de 500 anos de invasão, desmatamento, perseguição, exposição a doenças, imposição religiosa, mudança de hábitos alimentares, chacinas ou mesmo extermínio de algumas etnias. Apesar de tudo isso, o meu povo Kaingang ainda prevalece.

Nesse colégio, onde fui estudar para completar o ensino médio estudei por dois anos. Quando eu iniciaria o ano letivo de 2004, lembro que meu pai recebeu um convite para que eu fosse estudar em um outro colégio, com curso técnico. Meu pai falou dessa oportunidade de estudar em um colégio não só para completar o Ensino Médio, mas também para fazer um curso técnico, que seria de Técnico em Agropecuária.

Eu nem sabia muito bem do que se tratava esse curso a princípio, mas mesmo assim fui. Fui com mais quatro indígenas. Éramos 4 Kaingang e 1 Guarani e lá já estavam mais 2 indígenas da etnia Kaingang. O dia combinado de viajarmos chegou e viajamos até a cidade de Diamante do Norte, onde o colégio se localizava. Ao chegarmos, fomos muito bem recebidos pelos funcionários. Pensei que ali não teríamos muitos problemas com preconceito, mas foi um erro meu pensar isso. Ao subir para os alojamentos, percebi os olhares desconfiados dos meus futuros colegas de sala de aula.

Perguntei aos indígenas que já estavam lá se eles já tinham sofrido algum tipo de preconceito. Um deles me respondeu que até o momento não tinha sofrido nada, só os



alunos que vinham com aquelas curiosidades de sempre, se éramos índios de verdade, que moravam em oca, andávamos pelados etc.

Quando fui para sala de aula, não fomos apresentados com indígenas. Simplesmente entramos na sala como qualquer outro aluno. Ao descermos para o lanche escutei uns gritos de alunos fazendo sons, batendo a mão na boca. Então me dei conta de que novamente não seria fácil, pois o preconceito contra nós, indígenas, vai existir em qualquer lugar, onde houver pessoas ignorantes.

Não foi tão ruim me adaptar ao lugar, já que o colégio ficava dentro de uma área de preservação ambiental. Então havia muitas árvores, árvores frutíferas, animais, o rio Paranapanema que fazia a divisa entre os estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. O difícil foi ficar longe da família.

Até as primeiras semanas de aula, estava indo tudo bem. Até um dia, em uma aula em que a professora fazia uma abordagem sobre a presença dos indígenas no Brasil, um aluno falou que índio e sem-terra não prestavam, eram todos vagabundos, índio tinha muita terra e não sabia o que fazer com ela, que ganhávamos terras e vendíamos. Nesse momento eu me levantei e falei que não era bem assim como ele pensava. Para os indígenas, a mata é muito mais importante do que grandes terras agrícolas. Então ele respondeu: “mas o que vocês estão fazendo nesse curso? Vocês tinham que voltar para o mato e não saírem mais de onde vêm”. Nesse momento, não aguentei e dei um murro na cara do menino. Em seguida, fui levado à coordenação. Foi minha primeira advertência de muitas que ocorreram no colégio, sempre por defender minha etnia.

Na cidade, quando descobriram que havia indígenas no colégio, pediram para a gente fazer uma apresentação na escola com algumas danças. Nós fomos, nos apresentamos e ficamos conhecidos. E foi a mesma coisa de quando éramos reconhecidos na cidade: vinham aquelas brincadeiras de mal gosto, sofriamos preconceito de muitas pessoas e eu sempre tentava me defender como podia.

Mas dentro desses três anos de Colégio Agrícola o que mais me marcou foi o preconceito que sofremos por parte do diretor do colégio. Em um certo dia todos os alunos foram para cidade e na volta o nosso grupo de indígenas estava lá atrás do ônibus (no



“fundão”) e uns meninos não indígenas “mexeram” com uns meninos e meninas que estavam para fora. O diretor achou que fomos nós e chegou nos xingando, falando “esse bando de índio selvagem... já estão querendo arrumar confusão. Por isso que não devem sair do mato”. Percebi que os demais indígenas não reagiram, não falaram nada. Eu me levantei e parti para cima do diretor. Eu queria bater nele, mas fui segurado por meus amigos e alguns funcionários do colégio que estavam ali. Nesse dia eu chorei de raiva. Como uma pessoa estudada pode falar isso e dessa maneira com gente? Também fiquei bravo com meus colegas indígenas porque não reagiram. Passaram-se alguns dias e eu só fazia o necessário. Procurava passar longe da sala do diretor. Como era meu último ano e já estávamos no fim do ano, pensei em aguentar aquilo que ele tinha falado e não fazer nada. Até que um dia fui chamado à sala dele e pensei que ele ia pedir desculpas por ter falado aquilo. Quando cheguei lá, vi que era o pessoal da CUIA<sup>10</sup> que tinha ido fazer nossa inscrição para o vestibular indígena.

Foram três anos de muita luta, “matando um leão por dia”, mas me formei, concluí meu Ensino Médio com o curso de Técnico Agropecuário. Sei que todos os outros indígenas que ficaram para concluir saíram na metade do ano seguinte e nenhum concluiu.

No ano de 2007, eu entrei na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Optei pelo curso de Agronomia. Por eu já ter o curso de Técnico Agropecuário pensei que isso me ajudaria. Também escolhi pela necessidade de ter um profissional nessa área na minha comunidade.

Entre no curso e novamente não fui apresentado como indígena. A CUIA não fez nada para me apresentar como indígena no meu curso. Muitos souberam já nos primeiros dias que eu era indígena, porque eu me apresentava em sala de aula como indígena, da etnia Kaingang. E novamente as coisas se repetiam, do mesmo jeito quando saí pela primeira vez da aldeia para estudar em um colégio fora: as mesmas perguntas, as mesmas curiosidades. Por exemplo, “você é índio mesmo?”, “mas como você vive na sua aldeia?”, “vocês andam pelados ainda?”. Até aí, sem problemas. Respondia às curiosidades.

---

<sup>10</sup> A CUIA é a Comissão Universidade para os Índios. Para mais informações sobre a Comissão, consultar Amaral, Fraga e Rodrigues (2016).



Mas nos meus primeiros meses de acadêmico já sofri preconceito por parte de alguns alunos, até mesmo por parte de alguns professores com brincadeiras de mal gosto. Sei que no curso há muitos alunos que são filhos de grandes agricultores, de grandes empresários do agronegócio e que não gostam de indígenas. Nos consideram uma barreira para o desenvolvimento do agronegócio, pelo fato de preservarmos a mata que eles querem destruir.

Vim a ter uma discussão feia com um aluno no segundo mês de universidade. Ele falou que tinha raiva de negros e de índios, pois, mesmo sendo burros, conseguíamos vagas na universidade porque não tínhamos que fazer vestibular para estar ali. Eu falei que burro era ele, pois não sabia do que estava falando. Precisava se informar mais sobre como é feito o vestibular para os povos indígenas entrarem na universidade. Essa foi a primeira briga que tive na universidade.

Desde então já sofri vários tipos de preconceito, tanto social quanto cultural, da parte de aluno e também de alguns professores que já quiseram fazer algum tipo de piada com alguma etnia. Mas me coloco na frente e falo que as coisas não são bem assim como eles pensam. Aí eles pensam que me enrolam me falando que não era o que queriam dizer e que eu entendi mal. Eu não sei se algum professor tinha alguma coisa contra mim por ser indígena, mas eu tive que repetir algumas disciplinas várias vezes. E quando trocou de professor, as perguntas das provas eram praticamente as mesmas, as minhas respostas também eram praticamente as mesmas e consegui ser aprovado.

Nesses anos de universidade, já passei por muitas coisas, mas nunca pensei em desistir. Se eu desistir vou estar fazendo o que muitos querem, que não haja indígenas formados, que tenham uma visão diferente. O que eles querem é que continuemos em nossas comunidades, calados e aceitando tudo que eles dizem.

Estou no quarto ano. Sei que falta pouco para eu me formar. Sei também que não vai ser fácil. Sei também que, mesmo depois de formado, o preconceito por eu ser indígena não vai deixar de existir. E que ser agrônomo não vai mudar a mentalidade das pessoas.



Na universidade, tive a oportunidade de fazer estágio no Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama)<sup>11</sup>, tive a oportunidade de trabalhar junto com dois grandes professores, Pedro Henrique Weirich Neto e Carlos Hugo Rocha<sup>12</sup>, os quais fazem um excelente trabalho relacionado à Agricultura Familiar. Para mim, foi uma grande oportunidade de ampliar meus conhecimentos teóricos e de colocá-los em prática, já que o grupo que compõe o Lama são os dois professores, alunos e muitos ex-alunos de diversas áreas que formam essa equipe e fazem um grande trabalho. Tive a oportunidade de sair para o campo ver a realidade de outras comunidades não indígenas, como o pessoal do Movimento sem Terra, que também sofre com a discriminação e o preconceito. Trabalhando no Lama me interessei em pesquisar milho crioulo, já que é uma cultura muito importante, cujo cultivo dessas sementes faz parte da cultura do meu povo.

Meus planos são levar novamente a cultura de milho crioulo para dentro das comunidades indígenas, para que elas possam cultivar e ter suas próprias sementes. Não custa sonhar, mas penso em comunidades indígenas que se auto-sustentem, que cultivem seu próprio alimento, sem uso de venenos, sem destruir o meio ambiente, já que não somos superiores a nada e nem a nenhum dos seres que compõem a natureza. Ao contrário, fazemos parte do seu ciclo.

Neste ano, em 2017, conversei com alguns colegas indígenas e falei de algumas ideias que tinha, para que nós pudéssemos fazer alguns trabalhos que envolvessem a cultura indígena e assim ter mais visibilidade dentro da universidade, pois estamos aqui e muitos ainda não sabem que existem indígenas cursando determinados cursos. As iniciativas por partes dos professores dos cursos em que há indígenas são pequenas, até mesmo aqueles que fazem trabalhos sobre cultura indígena muitas vezes não têm relação com o indígena universitário.

Certo dia, pensei comigo: “é preciso fazer alguma coisa, urgente”. Fui atrás do meu amigo Renato Pereira, outro indígena que está na universidade, e falei da ideia. Ele gostou muito e também estava disposto a contribuir no que fosse possível.

---

<sup>11</sup> Para conhecer a proposta do LAMA, consultar <https://www.facebook.com/UEPGLama?fref=ts>

<sup>12</sup> Ambos professores do Departamento de Ciência do Solo e Engenharia Agrícola da UEPG.



Precisávamos, então, da ajuda de algum professor. Foi quando procuramos a professora Letícia Fraga, que já tinha feito parte da CUIA. Era uma pessoa que nós já conhecíamos e que poderia nos ajudar. Marcamos uma conversa com a professora. Eu e Renato falamos das nossas ideias, a ideia de criar um curso de Língua Indígena dentro da universidade para todos os indígenas independentemente da etnia. A professora gostou da ideia e concordou em nos ajudar.

Com a ideia do curso surgiram outras ideias, como, por exemplo, de criar materiais didáticos para escolas indígenas, materiais em Kaingang, pois isto está em falta nas escolas indígenas. Pensamos em organizar o curso também para acadêmicos e não acadêmicos que não sejam indígenas. Em maio, demos início ao curso, em que Renato ministrava as aulas e eu atuava como monitor, ajudando em sala de aula. A ideia foi tão boa que vimos que precisávamos criar um grupo maior, mostrar um pouco do nosso trabalho. Com isso surgiu a ideia de criar o CEAI – Coletivo de Estudos e Ações Indígenas – o qual é composto por indígenas e não indígenas, professores, acadêmicos graduandos e acadêmicos mestrandos. O CEAI divulga suas ações em uma página no *Facebook*, o que já contribuiu e contribui muito para divulgar as ações que vimos fazendo dentro e fora da universidade. Realizamos ações em escolas indígenas e não indígenas e pesquisas dentro das comunidades Indígenas.

Com a ideia de criarmos um meio de sermos visíveis dentro da comunidade acadêmica, surgiu a oportunidade de realizarmos projetos de extensão e de pesquisa (na modalidade de iniciação científica).

A oportunidade de desenvolver um projeto de extensão foi ótima para mim, além de estar contribuindo para o meu aprendizado. Na extensão, eu estou fazendo um levantamento sobre árvores nativas dentro da comunidade indígena de Mangueirinha, o que para mim, como indígena, é muito importante. Precisamos conhecer as árvores que temos dentro da comunidade e com isso ver a necessidade de fazer um trabalho de resgate das árvores que já entraram ou estão entrando em extinção.

O trabalho que pensamos em desenvolver inicialmente pode ser comparado ao desenvolvimento de uma árvore: foi plantada a ideia e aos poucos foi crescendo se desenvolvendo, criando raízes, galhos. Futuramente vamos colher os frutos.



Hoje faço parte do CEAI, que tenho orgulho de dizer que ajudei a formar. Espero que isso contribua também para os demais indígenas que venham a estudar na universidade e que venham fazer parte desse grupo, pois com certeza isso vai contribuir para sua vida acadêmica, pessoal e profissional.

Por fim, uma coisa é certa: eu nunca vou deixar de defender meu povo, minha etnia, independentemente da pessoa que seja e que venha ter preconceito perto de mim. Eu cresci ouvindo da minha família: “nunca, jamais aceite que falem mal de você por ser o que é, nunca tenha vergonha de ser o que é”. Sempre ouvi da minha família “independentemente do que você se torne, se vai ter uma carreira como profissional bem-sucedida nunca esqueça que você de onde veio e a qual povo, etnia você pertence”. E por isso eu nunca vou me esquecer disso.

### PARA ALÉM DA ENTRADA NA UNIVERSIDADE

Como deve ter saltado aos olhos do leitor, embora nossas histórias guardem algumas diferenças entre si, há muito mais semelhanças, especificamente em relação às dificuldades por que passamos – em especial nas escolas.

Nos tornamos universitários porque, também para nós, existe a pressão de prestar a prova e passar no vestibular. Também para nós se diz que para “ser alguém na vida” é preciso cursar uma universidade. Mas ambos concordamos que se fala muito pouco sobre os problemas que enfrentaremos depois de entrarmos, mesmo já na condição de universitários como os demais, no caso, estudantes indígenas.

Em resumo, talvez as políticas de acesso ao Ensino Superior para os indígenas no Paraná foquem quase unicamente no acesso. Talvez porque a reparação de séculos de injustiças sociais tenha sido muito pequena ainda. Ainda é pequeno o número de indígenas que chega à universidade.

Mas as discussões sobre os problemas relativos à permanência são prementes também. Os que conseguem ficar, ficam apesar de não haver nada que favoreça isso. Nadamos contra a maré. Permanecemos aos trancos e barrancos.



O nosso caso e o de colegas com quem já convivemos permite que apontemos alguns dos muitos fatores que praticamente inviabilizam nossa permanência. Há também estudos acadêmicos que se dedicaram a fazer esses levantamentos (Amaral, Baibich-Faria, 2012) cujos resultados vão ao encontro do que sabemos a partir de nossas experiências. Sintetizando, são questões como não recepção dos alunos pela universidade, não esclarecimento sobre a realidade dos cursos, não atendimento pelas coordenações dos cursos, não atendimento pela universidade, especialmente quando enfrentamos dificuldades, não integração efetiva nos cursos, não estímulo à participação em outras atividades, como projetos de extensão, pesquisa e ensino.

Passar no vestibular nos dá a ilusão de que entramos na universidade. Mas entrar de fato implica muito mais coisas. Implica conseguir vir para a cidade, aprender a viver na cidade (o que é especialmente difícil para quem sai de uma terra indígena), encontrar um lugar para morar, conseguir viver longe da família (que no nosso caso não é apenas a família nuclear, mas também os avós, cunhados, sobrinhos, primos de quem somos muito próximos). Entrar na universidade significa entrar no ritmo da universidade, na sua tradição de valorizar quase somente a escrita, significa ter que se adaptar a assistir a uma aula em que somente o professor fala e o aluno somente ouve. Significa não poder manifestar sua opinião, nem mostrar o conhecimento que trouxemos de casa, que aprendemos como nosso avô, avó, mãe, pai. Na universidade não há troca. Os currículos estão prontos, conhecimento é somente aquilo que vem do livro e o que está no livro não vem daqui, do nosso país. Não há espaço para o conhecimento que nosso povo guarda consigo há milhares de anos. Já houve momentos em que o professor explicava uma técnica, com o objetivo de nos ensinar a resolver determinadas situações que enfrentaremos em nossa vida profissional. Mas acontecia também de já conhecermos a técnica, porque tínhamos aprendido em casa. Não com aquele nome, não como algo considerado uma “propriedade” daquele autor estrangeiro (a chamada “referência”). Chegamos a levantar a mão e dizer: nós fazemos assim na aldeia. Mas não fomos ouvidos. Então passamos a manter isso somente na mente. Era como se fosse um diálogo mental, comparar o que o professor dizia ao que tínhamos aprendido em casa.



Permanecer na universidade é um grande desafio. Significa permanecer na sala de aula, em silêncio, tentar se integrar à turma, aos colegas, porque muitos trabalhos obrigatoriamente têm que ser realizados em grupo, se adaptar ao esquema das avaliações, aprender a comer a comida da cidade, administrar o próprio dinheiro, enfim, viver na cidade, em que há muita gente, desconhecida e nem sempre amistosa.

Mas para permanecer temos que nos integrar. E para isso é preciso em primeiro lugar não nos sentirmos estranhos, estrangeiros. Precisamos sentir que esse também é um lugar que pertence a nós e ao qual nós pertencemos. E não basta assistir às aulas, passivamente. É preciso tomar iniciativa de propor uma ideia, desenvolver um projeto pelo qual seremos responsáveis em conduzir, inclusive porque temos condições para isso. É dessa forma que conquistamos um espaço nosso, em que há possibilidade de testarmos nossos saberes. E não é algo que um aluno faça sozinho. Nem mesmo um professor desenvolve um projeto sozinho. É necessário construir uma parceria verdadeira.

Tal como dissemos no início deste texto, na universidade os indígenas não só não podem prescindir da convivência com os não-indígenas; para alcançar mais coisas, a existência paralela não basta, ela precisa ser necessariamente conjunta.

### **(RE)EXISTÊNCIA INDÍGENA NA UEPG: O PAPEL DO CEAI**

A universidade brasileira é branca, eurocêntrica. Os professores que lá estão receberam essa formação e isso os limita na capacidade de ver qualquer coisa que escape a esses padrões.

Por outro lado, mesmo que esses professores muitas vezes não tenham condições de ultrapassar suas limitações, os encaminhamentos formais para realização de projetos de pesquisa ou extensão dependem deles, apesar de suas limitações. Portanto, algumas coisas os estudantes universitários indígenas só podem realizar se o fizerem sob a supervisão/orientação de um professor universitário, este mesmo que têm essas limitações.



Nossa<sup>13</sup> convivência nesse sentido, de parceria, de trabalho conjunto, se iniciou na concepção do curso de língua Kaingang, na definição de como este se desenvolveria. Já no início, percebemos a necessidade de conciliar as diferentes visões, mas também foi imediata a percepção de que a troca de saberes seria grande e muito rica.

À medida que o curso<sup>14</sup> se desenvolvia, discutíamos outras questões que surgiam a partir das aulas, como, por exemplo, o quanto seria interessante elaborar um material de ensino de língua Kaingang para não-indígenas, uma vez que o curso teve uma procura muito grande por pessoas de diferentes perfis. A partir da ideia do material didático, outras ideias vieram e conversamos sobre como poderíamos nos organizar para colocá-las em prática, dentro do contexto universitário, que é altamente burocrático.

Como poderíamos fazer o que queríamos, mas também atendendo as exigências da instituição? Definimos prioridades e dividimos responsabilidades a partir dos interesses de cada aluno indígena dentro de suas áreas de formação. Mas também entendemos que a divisão de tarefas não significava que os trabalhos seriam realizados separadamente, já que percebemos que a coisa estava dando certo justamente porque estávamos juntando forças. E daí surgiu a ideia da criação do CEAI. Ele tem um papel fundamental para resguardar o fato de que a responsabilidade e o mérito do tudo o que conseguimos fazer é do grupo inteiro, sem a hierarquia imposta muitas vezes pela burocracia que pode encobrir como as coisas acontecem de fato, na prática.

O CEAI é, portanto, um espaço em que as múltiplas visões sobre o mundo, a natureza e o conhecimento têm lugar e também um espaço de conciliação entre as diferenças, o que, entendemos, é único caminho para haja uma relação saudável e justa entre indígenas e não-indígenas, inclusive na academia.

## REFERÊNCIAS

ACHINTE, Adolfo Alban, Artistas indígenas y afrocolombianos: entre las memorias y las cosmovisiones. Estéticas de la re-existencia. In: MIGNOLO, W.; PALERMO, Z. (Org.) *Arte y estética en la encrucijada descolonial* Buenos Aires: Ediciones del Signo, p. 83-112, 2009

<sup>13</sup> Agora esse “nós” se refere aos três autores.

<sup>14</sup> Para mais detalhes sobre o desenvolvimento do curso, consultar Anastacio, Pereira e Fraga (2017) e Fraga (2017)



AMARAL, W. R.; FRAGA, L.; RODRIGUES, I. C. (Org.). *Universidade para Indígenas: a experiência do Paraná*. 1. ed. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2016. 184p.

AMARAL, Wagner Roberto Do; BAIBICH-FARIA, Tânia M. A política pública de ensino superior para povos indígenas no Paraná: trajetórias, desafios e perspectivas. *Práxis Educativa* (Impresso), v. 7, p. 197-220, 2012.

DOEBBER, Michele Barcelos. *Indígenas Estudantes nas Graduações da UFRGS: movimentos de re-existência*. 2017. 302 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, RS, 2017.

FRAGA, L. Formação inicial e continuada de professores de língua em comunidades multilíngues/multiculturais. In: *15º CONEX - Conversando sobre Extensão*, 2017, Ponta Grossa. 15º CONEX - Conversando sobre Extensão, 2017.

FRAGA, L.; ANASTACIO, J.; PEREIRA, R. Curso de introdução à língua Kaingang: protagonismo indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa. In: *15º CONEX - Conversando sobre extensão*, 2017, Ponta Grossa. 15º CONEX - Conversando sobre extensão, 2017.

FRAGA, L.; ANASTACIO, J.; PEREIRA, R.; SOUZA, J. I.; GOITOTO, P.; FONSECA JUNIOR, A. F.; QUEIROZ, E. W.; FONSECA, M. F. A criação de um coletivo de estudos e ações indígenas: a trajetória do CEAI. *Humanidades & Inovação*, v. 4, p. 276-287, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010*, primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LIMBERTI, Rita de Cássia A Pacheco. Existência indígena: resistência em busca da (re)existência. In: *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 7, n. 13, p. 121-138.

NASCIMENTO, André Marques do. Apontamentos críticos sobre concepções de linguagem na formação superior de docentes indígenas: diálogo intercultural como diálogo interepistêmico. In: *Muitas Vozes*, Ponta Grossa, v.3, n.1, p. 103-123, 2014.

PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena – 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de; MAMED, Daniele de Ouro; CALEIRO, Manuel Munhoz; BERGOLD, Raul Cezar. *Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re)existência em Tekoha Guasu Guavira*. Curitiba: Letra da Lei, 2016.

*Recebido em outubro de 2017  
Aprovado em novembro de 2017*